



GOVERNO ZEMA DISCUTE PROPAG COM ESTRATÉGIA DE GOLPE

A Câmara Federal realizou nesta terça-feira, 27, uma audiência pública em que deixou patente a irresponsabilidade do governo Zema na gestão do Estado, em que fez quase dobrar a dívida de Minas com a União, estando agora usando esse alibi da quase falência do Estado para pressionar a venda das principais empresas estatais, Codemig, Codemge, Cemig, Copasa e até mesmo a UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais).

Nos debates sobre uma dívida de cerca de R\$ 178 bilhões do Estado com a União, que cresce reajustada pelo IPCA e mais juros de 4%, o Estado caminha para o caos da insolvência pelo não pagamento de parcelas, fazendo disparar desesperadamente.

O governo que não pagou as parcelas da dívida é o mesmo que promove anistia fiscal milionária, como a iniciativa que limpou dívida de empresa de ex-secretário de Zema, que ocupou a mesma função que desempenhava no governo Bolsonaro para privatizar empresas patrimônios públicos.

O SINDÁGUA participou da audiência em Brasília e o presidente do Sindicato, Eduardo Pereira, demonstrou os resultados fabulosos divulgados pela própria Copasa, suficientes para cobrir os 20% da amortização da dívida com a União em poucos anos, considerando a parte de 50,03% de lucro líquido embolsado pelo Estado, através da distribuição de dividendos de cerca de R\$ 1 bilhão anualmente, e investimentos de R\$ 17 bilhões programados para os próximos quatro anos.

Eduardo lembra que a própria Copasa se define como autora do melhor saneamento praticado no País, com um investimento de R\$ 2,17 bilhões realizado apenas em 2024. Ressalta também que a projeção da empresa é de alcançar a universalização do saneamento em 2029, cumprindo a Lei 14.026 de 2020.



O presidente do SINDÁGUA afirmou ainda que “o governo Zema está tentando dar um golpe na Assembleia Legislativa e nos municípios com a discussão do Propag, através do Projeto de Lei 3.739, que muda a competência da Arsa (agência reguladora), instituindo unidades de saneamento e drenagem urbana, para tirar a fatia que, na avaliação dele, dá prejuízo para a companhia, para depois apresentar ao investidor privado que agora a Copasa estaria preparada para ser vendida”.

Eduardo reforça a luta do SINDÁGUA junto com a Assembleia Legislativa e todos que participam das audiências públicas para defender o patrimônio do Estado e preservar empresas de serviços essenciais e estratégicas como a Copasa e a Cemig. “Temos na Constituição de Minas a proteção das estatais, com a exigência de voto qualificado de 3/5 dos deputados, passando ainda por autorização do povo através consulta em plebiscito, para barrar a privatária contra o Estado”, reafirma Eduardo.

